

Avaliação da educação básica e a formação do pedagogo

Wagner Feitosa Avelino

Mestre em Educação pela Unesp. Graduação em Pedagogia pela Faculdade da Aldeia de Carapicuíba. Docente do curso de Pedagogia da FAM.

Resumo

Ao longo da história educacional, a avaliação foi compreendida como classificatória, punitiva e perversa na concepção de alguns professores, mas principalmente na visão dos alunos. Assim, a avaliação ganha sentido de desenvolvimento e aprendizagem no discurso do aplicador mais um viés contrário de quem é avaliado. Esse artigo objetiva analisar e articular as relações existentes entre os diversos processos avaliativos, conduzindo na formação de pedagogos e demais profissionais de educação para uma reflexão que atentam à realidade das unidades escolares, a partir do quesito das políticas públicas e práticas docentes. Como método, recorreu-se à revisão bibliográfica por meio dos sistemas nacionais de avaliação na Educação Básica em âmbito escolar. Os resultados mostraram que, diante de tal conjectura no país, os

métodos avaliativos permanecem tradicionalmente classificatórios, mesmo após um viés contrário da literatura, a qual sugere mudanças de atitudes nos métodos de aplicação das avaliações internas e externas. Percebeu-se que professores das escolas da Educação Básica ainda encontram dificuldades para entender qual o real sentido do processo avaliativo em determinadas faixa etária. Conclui-se que estudos e pesquisas etnográficas no cotidiano escolar remetem às práticas que podem auxiliar pedagogos em sua formação, antes mesmo que assumam tais responsabilidades como regentes de sala.

Palavras-chave: Avaliação; Formação do Pedagogo; Educação Básica.

Introdução

A avaliação sempre esteve agregada às ações do homem desde os primórdios da humanidade, quando os primatas buscavam identificar as melhores sementes e solos a serem cultivados, ao analisar um local de abrigo ou tribos mais fracas para os conflitos e ao observar aceitação de convívio social com outros grupos étnicos. No quesito educacional, a avaliação é caracterizada por procedimentos da prática docente e institucional, a qual, busca a melhoria no processo de ensino e aprendizagem a partir das avaliações internas e externas. As avaliações internas são aquelas aplicadas pelo próprio educador no cotidiano escolar para verificar a aprendizagem dos alunos. Já as avaliações externas, são aquelas aplicadas por órgãos federais, estaduais ou municipais, objetivando as boas práticas pedagógicas e a ampliação das políticas públicas.

Os responsáveis pelas políticas públicas educacionais no Brasil, têm produzido um discurso dos problemas da Educação Básica nos últimos anos, a partir da divulgação de informações geradas pelo sistema de avaliações externas, como a Prova Brasil e o SAEB, aplicadas pelo governo federal (BRASIL, 2008).

Para Werle (2010), as avaliações externas têm a finalidade de avaliar o processo de ensino e aprendizagem de instituições públicas e privadas, ao detectar lacunas e, conseqüentemente buscar a melhoria da qualidade educacional. Desse modo, as avaliações externas são aplicadas em larga escala com hora e dia pré-estabelecido, centralizadas, principalmente, no rendimento dos alunos e no desempenho dos sistemas de ensino do país. Segundo Sordi (2012, p.14), esses mecanismos de regulação externa sobre a escola “ferem a autonomia desta instituição na definição de seus rumos”, a qual ficam agregadas as mazelas de políticas capitalistas e classificatórias cada vez mais cotidianamente nas escolas do país.

Para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP - (2013), a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), tornou-se em um dos subsídios para o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que avalia os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, a alfabetização em Matemática e as condições de oferta do ciclo de alfabetização das redes públicas de alunos de terceiro ano do Ensino Fundamental - Anos Iniciais. Essa avaliação está inserida no contexto da alfabetização, prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC - (BRASIL, 2013).

Ao direcionar cada vez mais as atenções para as avaliações externas, as avaliações internas vão perdendo o foco direcionado à comunidade escolar, como se as primeiras fossem as únicas avaliações pertinentes e com real sentido de aplicação. Professores e alunos são preparados para essas avaliações externas, devido às cobranças que lhes são impostas, sejam classificatórias ou para um salário extra como indicador de meritocracia. Assim, criam-se expectativas antes, durante e depois da aplicação das provas, principalmente no sentido de verificar se a escola, os educadores e os alunos atingiram as metas almejadas pelos órgãos de aplicação. Há anos, responsáveis pelas avaliações em larga escala, buscam dar ênfases as habilidades e competências, desse modo é importante observar e salientar que essas avaliações estão voltadas para as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, aumentando assim, a responsabilidade dos educadores dessas disciplinas, deixando para um segundo plano as demais disciplinas e conteúdos propostos na Base Nacional Comum Curricular – BNCC - (BRASIL, 2017). Dificuldades, que por sua vez, estão inseridas no processo avaliativo e suas relações entre as avaliações internas e avaliações externas.

Conforme Figueiredo, Leite e Fernandes, (2015); Leite, Morgado e Seabra (2014), são os professores, independentemente do nível de ensino, que encontram dificuldades para entender qual o real sentido do processo avaliativo das avaliações em larga escala, cujo foco de suas responsabilidades estão em levantar os índices educacionais almejados e apresentar para a sociedade a situação educacional do país.

Segundo Haydt (2000), Luckesi (2002), Sant'anna (2001), o processo avaliativo apresenta três modalidades na atualidade: a diagnóstica, a formativa e a somativa. Para os autores, as avaliações internas e externas sempre estarão presentes como instrumentos pedagógicos, não importando se é na escola pública ou privada, na Educação Infantil ou no Ensino Médio.

Educadores podem explorar outros mecanismos avaliativos e/ou práticas pedagógicas como: os seminários, experimentos, relatórios, prova oral, participação em sala de aula, observação, portfólio, pesquisa orientada, debates, desse modo detectar o processo de ensino e aprendizagem como um todo. Porém, no cotidiano escolar, os diversos métodos avaliativos são praticamente esquecidos pelos educadores tradicionalistas, que se resumem e se repetem em provas de assinalar (objetiva) e dissertativas, devido à cobrança das avaliações externas que seguem os mesmos padrões ano após ano.

Portanto, essa pesquisa de revisão literária objetiva analisar e articular as relações existentes entre as avaliações internas e externas, conduzindo à formação de pedagogos e demais profissionais de educação para uma reflexão que atente à realidade de cada unidade

escolar a partir do quesito das políticas públicas e práticas docentes.

Por fim, considera-se que, na formação do pedagogo, a qualidade do ensino remete a um conjunto de habilidades trabalhadas, para que o aluno/educador tenha competência em ensinar em âmbito escolar. E a compreensão sobre os métodos avaliativos seguem essa trajetória do graduando, ao conhecer os principais pesquisadores e obras sobre a temática que permeiam sua formação no ensino superior

Avaliações Diagnósticas, Formativas e Somativas

A partir da literatura específica, observa-se que os métodos avaliativos na Educação Básica permanecem arraigados ao modelo de prova tradicional, classificando os alunos como Avançado, Adequado, Básico e Abaixo do Básico. Contudo, o real sentido das avaliações trata de classificar de forma pejorativa. Ao identificar a aprendizagem do aluno e dessa forma, o docente, no seu planejamento, recorre às outras formas de ensino à aplicabilidade das respectivas habilidades e competências almejadas. De acordo com Luckesi:

Para compreender isso, importa distinguir avaliação de julgamento. O julgamento é um ato que distingue o certo do errado, incluindo o primeiro e excluindo o segundo. A avaliação tem por base acolher uma situação, para, então (e só então), ajuizar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário (LUCKESI, 2002, p 172).

Para o professor, o simples ato de avaliar deve seguir funções pedagógicas, ou seja, utilizar diversas técnicas e instrumentos, ao diagnosticar o passo a passo do processo avaliativo, do começo ao fim. A partir daí, retomar aos pontos de atenção da turma, o que necessita ser melhorado e avançar nos objetivos do processo de ensino e aprendizagem.

A avaliação diagnóstica, representa, uma sondagem da atual situação de desenvolvimento do educando, ou seja, o que esse aluno compreendeu sobre os conteúdos apresentados pelo professor. É de suma importância essa etapa do processo educacional, haja visto que para objetivar a aprendizagem, o educador precisa partir de um ponto. A avaliação diagnóstica dá esses subsídios para o professor ao planejar e selecionar às limitações. Assim, tanto alunos quanto professores inseridos nesse contexto da avaliação diagnóstica podem reformular suas ações diante do processo de ensino e aprendizagem. Entretanto, esse tipo de avaliação, deverá ocorrer logo no início de cada habilidade, apresentada pelo educador, almejando competências da BNCC.

Sobre a avaliação diagnóstica, Gil (2006) aponta que:

Constitui-se num levantamento das capacidades dos estudantes em relação aos conteúdos a serem abordados, com essa avaliação, busca-se identificar as aptidões iniciais, necessidades e interesses dos estudantes com vistas a determinar os conteúdos e as estratégias de ensino mais adequadas (GIL, 2006, p.247).

A avaliação formativa ocorre durante as atividades escolares e é realizada com o propósito de apresentar ao educador os processos cognitivos. Desse modo, detectar instantaneamente as limitações da desenvoltura do processo de ensino e aprendizagem e, conseqüentemente, possibilitar reformulações para alcançar os objetivos propostos. O conceito da avaliação formativa apresenta os momentos em que os alunos estão evoluindo pedagogicamente em busca dos objetivos, desse modo, percebe-se que a formação do aluno é continuada. Sobre a avaliação formativa é de suma importância salientar que:

Toda avaliação formativa parte de uma aposta muito otimista, a de que o aluno quer aprender e tem vontade que o ajudem, por outras palavras, a de que o aluno está disposto a revelar as suas dúvidas, as suas lacunas e as suas dificuldades de compreensão das tarefas (PERRENOUD, 1993, p. 180).

A avaliação somativa ou classificatória, como o próprio nome diz, tem como função classificar os alunos durante o ano letivo, se esse foi satisfatório ou insatisfatório pelo sistema. Pressupõe que esse método avaliativo, de certa forma é perverso, pois enquadraram os alunos no mesmo patamar de ensino. Contudo, é notório que a cognição de cada indivíduo evidencia competências isoladas. Desse modo, alguns alunos, por diversos fatores, conseguem assimilar os conteúdos com mais facilidade em um mesmo espaço educacional.

Conforme Hoffmam (2009), para ter uma escola de qualidade, a reprovação por meio de avaliação classificatória não deve existir, pois segundo a autora, o educador utiliza critérios muito rígidos para a aprovação quando, por vezes, as condições sócio-educacionais não são favoráveis para todos. Desse modo, como proposta, a avaliação mediadora amplia o diálogo entre educador e educando a partir dos conflitos de sala de aula. Nas discussões existentes entre os envolvidos, podem ser promovidos argumentos que remetam as relações entre as ideias, o ponto de vista de aluno e professor. Contudo, na realidade cotidiana, as práticas habituais estão distantes dessa mediação, o que soa um individualismo por parte de alunos e professores em âmbito escolar, preocupados com as notas e conceitos satisfatórios que o processo avaliativo pode proporcionar.

Hoffmann (2005), também propõe como método de melhoria do ensino, a auto-avaliação, na qual o aluno e o educador possam realizar um olhar crítico sobre si,

ou seja, a alteridade. Assim, ambos os envolvidos no processo educacional fariam reflexões de suas ações em sala de aula e ajudariam no processo de ensino e aprendizagem

Professor versus alunos, a ótica sobre avaliação.

Para o aplicador a avaliação sempre terá a finalidade de ampliar conhecimentos, como uma forma de ver aquilo que deve ser reforçado e melhorado. Enquanto, para aquele que é avaliado, a ação parece punitiva. Pois, ao contrário de seus mestres, grande parte dos alunos sentem-se inferiores aos demais colegas, pelo fato de tirarem notas baixas, por não saberem responder uma questão, ou simplesmente por apresentarem dificuldades em resolver um exercício que havia sido proposto à turma, anteriormente pelo professor.

O caminho reflexivo sobre a avaliação na Educação Básica está entre a articulação das avaliações internas e externas, entre aluno e professor, entre o macro e o micro. Diante de tal conjectura contemporânea, o aplicador da avaliação e o aluno avaliado parecem estar distantes, como se fossem autoridade suprema e um ser subalterno respectivamente. Contudo, percebe-se que a literatura específica, tem um viés mais flexível e objetivo, ou seja, aplicador e avaliado devem estar próximos, como uma dependência no processo de ensino e aprendizagem a trilhar caminhos para o sucesso escolar.

Percebe-se que a compreensão sobre a avaliação da Educação Básica faz parte do cotidiano dos estudantes do curso de Pedagogia e pesquisadores da temática. Desse modo, conhecer os métodos avaliativos defendidos pelos teóricos é o primeiro passo durante esse processo de formação de professores. Entretanto, é notório refletir para a prática docente, ou seja, as concepções dos alunos que se submetem ao processo avaliativo, cujo objetivo é receberem um conceito satisfatório como um troféu de primeiro lugar. Por isso, o educador precisa levar em consideração todo o percurso do educando até o momento da avaliação e do conceito final a ser atribuído. Pois, ao elaborar uma avaliação, o professor deverá contemplar todas as necessidades básicas do seu alunado, para que tenha um bom retorno naquilo que está sendo proposto no processo de ensino e aprendizagem.

A avaliação educacional é uma tarefa didática, que necessariamente e permanentemente cabe à função do professor, ela deve acompanhar todos os passos do processo de ensino e aprendizagem. É através dela que vão sendo comparados os resultados obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos, conforme os objetivos propostos, a fim de verificarem progressos, dificuldades e remetendo ao replanejamento do trabalho docente para as correções pertinentes.

A avaliação da Educação Básica serve de instrumento no processo de ensino e aprendizagem. Por meio dela, consegue-se fazer uma análise dos conteúdos ministrados em um determinado momento no âmbito escolar. Por sua vez, a avaliação reflete sobre o nível do trabalho tanto do professor quanto do aluno, por isso a sua realização não deve resumir apenas à atribuição de notas/conceitos aos alunos. Deve ser utilizada como coleta de dados sobre o rendimento dos alunos, a qual determina o grau da assimilação dos conceitos, na ajuda do professor ao melhorar sua metodologia de trabalho, além de ajudar os alunos a desenvolverem a autoconfiança e a aprendizagem proposta.

Ao falar em métodos avaliativos e datas de provas aos alunos, esses ficam muito preocupados, em alguns momentos passam a sofrer de ansiedade e/ou estresse. O medo de falhar no resultado é imenso, os alunos ficam tão apreensivos por não obterem a aprovação pelo sistema de notas, ratificado pela cobrança dos pais ou responsáveis ao chegarem em casa. Quando os educadores aplicam as devolutivas das avaliações, sejam individualmente ou coletivamente, surge a partir daí, a vergonha de serem criticados publicamente pelo professor, diante dos colegas de classe, podendo assim criar traumas futuros. Vergonha que por sua vez, prejudica a aula do educador, pois muitos alunos não entendem a explicação e conseqüentemente serão cobrados no dia da avaliação. Quando é pronunciado os termos provas, trabalhos e apresentações os alunos remetem aos pontos negativos, pelo simples fato de serem avaliados. Diante do exposto:

[...] a avaliação assume dimensões mais amplas. A atividade educativa não tem por meta atribuir notas, mas realizar uma série de objetivos que se traduzem em termos de mudanças de comportamentos dos alunos. E cabe justamente à Avaliação verificar em que medida esses objetivos estão realmente sendo alcançados, para ajudar o aluno a avançar na aprendizagem (HAYDT, 2008, p.7).

Sendo assim, na análise das provas predomina-se em julgamento, a fim de buscar melhores resultados para determinadas situações, selecionando apenas os melhores alunos e infelizmente excluindo os demais.

Este método apenas reforça o individualismo, a competição, dificultando a ordenação de princípios democráticos e coletivos. Essa concepção tradicionalista na educação, influencia toda a sociedade, em todos seus segmentos. A avaliação escolar deve incluir os alunos, independentemente das metodologias de ensino, para que se alcance o sucesso escolar por meio da experiência de vida. É sabido que o conceito de provas tem por finalidades obter apenas as médias dos alunos, sem uma devolutiva construtiva, e a avaliação busca conduzir o crescimento do conhecimento do educando, propiciando meios para um verdadeiro entendimento, ou seja, a práxis educacional.

Em uma sociedade capitalista como o Brasil, os números determinam as pessoas com estratos sociais, cultura e educação. Há uma pressão por parte dos pais e da escola, para que os alunos sejam os melhores, em busca da empregabilidade, do sucesso financeiro e social. Haja visto, que essa cultura da avaliação evidencia a função de classificar, medir e quantificar os indivíduos. Cabe à escola e aos pais a incumbência de desvincular a avaliação dos mecanismos de aprovação e reprovação, salientando suas dimensões democrática e inclusiva. Dimensões estas que muitas instituições dizem adequar-se, mas no cotidiano escolar continuam selecionando e oprimindo os alunos (FREIRE, 1987). Para Luckesi (2002) a avaliação deve ter um caráter harmônico e acolhedor, convidar o aluno a participar do processo de ensino e incluí-lo na aprendizagem.

O tradicionalismo nas escolas contemporâneas ainda é um movimento muito forte, fato analisado a partir de estudos empíricos no/do/sobre o cotidiano escolar da Educação Básica, André (1989), Alves (2008) e Avelino (2015). O professor expõe o conteúdo na lousa e os alunos obrigatoriamente em silêncio, copiando textos e mais textos como nos mosteiros da Idade Média. Assim, o modelo de prova tradicional ainda é aplicado, independente das circunstâncias. Entretanto, há professores que entendem as defasagens e necessidades de aprendizagem de alguns alunos, otimizando assim, determinados métodos avaliativos como: a oral, pesquisas, seminários, debates, leitura de imagens, situações problemas, entre outros, e deixá-los seguros quanto ao processo. Já outros educadores, infelizmente mantém o mesmo método de ensino avaliativo para todos os alunos, excluindo-os de expressar sua aprendizagem singulares.

A avaliação deve ampliar o olhar do professor a respeito do contexto da aprendizagem e das atividades realizadas. O docente deve estar atento ao modo como foi executada a tarefa e o que norteou os procedimentos, a saber: o ambiente, os materiais, as escolhas, enfim, tudo que cerca o momento da realização da atividade. A avaliação poderá ser realizada em forma de observação, registro e atividades práticas. A entrega ao desejo de que, o educando cresça e desenvolvam competências, ao envolver com o processo de ensino do educador.

Considerações Finais

De antemão, os educadores necessitam avaliar o material didático disponível nas escolas, sejam livros didáticos, apostilas, recursos midiáticos, entre outros, na sequência, se auto avaliar, somente a partir daí, avaliar seus discentes diante desse processo avaliativo. Por meio da avaliação, o professor pode observar se realmente os alunos compreenderam a sua prática educativa, que de fato é uma ferramenta em prol do professor. Todavia, o educador não deve apenas avaliar seus alunos por meio dos resultados das avaliações tradicionais, o mesmo

necessariamente precisa entender que ao proferir a palavra “prova”, os discentes ficam apreensivos e com isso, não conseguem colocar no papel o que de fato aprenderam em sala de aula. Sugere-se que o professor conhecendo os diversos métodos avaliativos pode explorar os conteúdos ministrados e aplicar avaliações que remetam a oralidade, coordenação motora, socialização, entre outros.

A avaliação no cotidiano escolar tem um sentido mais amplo, do que apenas medir a capacidade intelectual do aluno e ranqueá-lo. Serve para acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, comparar resultados obtidos, conseqüentemente é uma maneira de verificar os pontos de atenção por parte dos alunos durante as aulas. Para que o processo avaliativo tenha uma relação mais objetiva, é de suma importância que o educador conheça as limitações do seu aluno, pois a avaliação não tem como pressuposto a punição ou premiação. Ela prevê que os estudantes possuem ritmos e processos de aprendizagem diferentes. Por isso, o professor necessita conhecer e diversificar os métodos de ensino e avaliativo para cada turma em que lecionar.

De certa forma, percebe-se através da pesquisa no cotidiano escolar que a maioria dos professores da Educação Básica, continuam aplicando as avaliações tradicionalistas, o que não se esgota no Ensino Superior. Essa afirmação, se dá justamente pela lacuna existente entre a formação nos cursos de licenciaturas e nas práticas em âmbito escolar, pois mesmo analisando os diversos métodos avaliativos nos cursos de formação, às avaliações permanecem as mesmas em sala de aula e ao longo do tempo.

Daí, remete ao pensamento na formação dos professores nos cursos superiores, se os mesmos realmente adquirem conhecimentos, como subsídios, para uma prática cotidiana na quebra de paradigma ao tradicionalismo? Acredita-se que sim. Pois, especialistas sugerem em suas pesquisas que haja uma mudança de atitude nas avaliações internas e externas. Contudo, ao se deparar com as múltiplas funções do professor em âmbito escolar, o comodismo em aplicar as avaliações tradicional tornam-se mais pertinentes. Que seria uma faceta do processo de sucateamento e proletarianização da profissão docente, a qual se depara com dois ou mais turnos de trabalho. Em tese, o professor necessita planejar e corrigir as provas, e nesse caso recorre ao método tradicional que acredita ser o mais fácil em sua prática docente.

O tradicionalismo é ratificado pelas avaliações em larga escala, aplicadas pelos governos federal, estadual e municipal do país. Assim, mesmo que o educador desenvolva em seus alunos o senso crítico, situações problemas a serem resolvidos, métodos avaliativos inovadores, as avaliações externas continuam em sua maioria exigindo os conceitos teóricos e não a resolução de problemas cotidianos da criança e do adolescente como sugerem os especialistas.

O modo de produção capitalista tem mantido a manutenção do status quo, ou seja, cada vez mais classificando os melhores e os piores na escola. Desde muito cedo, nas séries iniciais os alunos são orientados as serem os melhores, não no sentido crescimento pessoal ou espiritual, mas no crescimento econômico e social, a qual cria-se competições em sala de aula e posteriormente em uma sociedade cada vez mais individualista.

Portanto, o ato de avaliar, independentemente do nível de ensino, é um processo contínuo e não pode ser fragmentado do contexto educacional, econômico, histórico e social. O educador, quando consegue identificar que a avaliação é uma etapa importantíssima em sua formação e aplicabilidade posteriormente em suas funções cotidianas. A partir da revisão bibliográfica, percebeu que a avaliação não pode ser punitiva, autoritária e tradicional. Pois, ao detectar uma defasagem de aprendizagem do alunos nos instrumentos avaliativos, o educador terá ferramentas para interferir nos pontos de atenção. Assim, poderá avançar nos estudos, pesquisas e debates sobre a temática, ou seja, pensar no cotidiano e na avaliação, a partir da formação do pedagogo no curso de graduação ou formação contínua do professor da Educação Básica nas escolas do país.

Referências

ALVES, N. Decifrando o pergaminho – os cotidianos das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: ALVES, Nilida; OLIVEIRA, Inês Barbosa de (orgs.). **Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas sobre redes de saberes**. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de. A Pesquisa no cotidiano escolar. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

AVELINO, Wagner Feitosa. **O cotidiano escolar na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1984-2014)**. 2015. 172 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: Prova Brasil: ensino fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SEB; Inep, 2008.

BRASIL. (Inep). **Avaliação nacional da alfabetização (ANA): documento básico**. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 03/mai/2019.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais**. Brasília, 2013.

FIGUEIREDO, C.; Leite, C.; Fernandes, P. **Analysing curriculum development through schools' external evaluation** — the guidelines in Portugal and England. *European Journal of Curriculum Studies*, Braga: European Association of Curriculum Studies (Euro-ACS)/ Portuguese Association of Curriculum Studies, v. 2, n. 1, p. 220-232. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, A. C. **Didática do ensino superior**. São Paulo: Atlas, 2006.

HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2008.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora: Uma prática da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

HOFFMANN, Jussara. **O jogo do contrário em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

LEITE, C.; Morgado, J.; Seabra, F. External school evaluation in Portugal: a glance at the impacts on curricular and pedagogical practices. *European Journal of Curriculum Studies*, Braga: European Association of Curriculum Studies (Euro-ACS), Portuguese Association of Curriculum Studies, v. 1, n. 1, p. 33-43, 2014.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos**. 7. ed. Vozes. Petrópolis 2001.

SORDI, M. R. L. de; LUDKE, M. Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: Aprendizagens necessárias. *Avaliação*, Campinas: Sorocaba, SP, v.14, n. 2, p. 267-290, jul, 2009.

WERLE, F. O. C. (Org.). **Avaliação em larga escala, foco na escola**. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2010.